

O assassinato de Ernesto Canozzi: as relações de um crime muito além do tribunal

Por: Sara Nunesⁱ

Em 1902, Lages mantinha intensas relações culturais, comerciais e econômicas com o Rio Grande do Sul, muitos caixeiros viajantes passavam por esta cidade, alguns com certa frequência, como era o caso do italiano Ernesto Canozzi, o qual era muito bem visto pela sociedade lageana. Este caixeiro viajante era empregado da companhia Santos & Almeida de Porto Alegre.

Ernesto Canozzi e seu empregado, Olintho Pinto Centeno, foram violentamente assassinados no dia primeiro de maio de 1902 nas margens do rio Caveiras, na antiga estrada que ligava Lages ao Rio Grande do Sul. Atualmente são cultuados como santos, re-inventados pela população como “irmãos” Canozzi. É importante ressaltar que eles não eram irmãos: Olintho Pinto Centeno era um alugador de animais contratado por Canozzi em Vacaria, no rio Grande do Sul.

Os irmãos dessa história eram outros, os acusados do crime, Thomaz Brocato e Domingos Brocato. Eram italianos que fugiram da Sicília, no sul da Itália, por terem cometido vários crimes, da Itália vieram para Argentina e depois para o Rio Grande do Sul, onde em Caxias do Sul se tornaram grandes amigos de Ernesto Canozzi.

Thomaz Brocato exercia a medicina com maestria, apesar de não ser médico formado, pois cursou apenas até o terceiro ano (isso só foi descoberto depois). Em 1901, Thomaz se muda para Lages com a família, o irmão Domingos e a esposa chamada Etelvina Cadori, moça de Caxias do Sul. Os irmãos Brocato conquistaram boas relações em Lages, freqüentavam os espaços da elite como: clube primeiro de julho, maçonaria, casas de famílias que exerciam grande influência na região, como por exemplo os “Ramosⁱⁱ”

A amizade com Ernesto Canozzi continuava, tanto que este caixeiro viajante, sempre que estava em Lages era convidado para jantares na casa dos irmãos Brocato. Enfim, tanto Canozzi quanto os Brocato, eram moços considerados finíssimos, educados, elegantes e civilizados, padrões de comportamento que os lageanos buscavam para si.

Thomaz era muito popular na sua pseudo profissão, aliás, realizava mais curas que muitos médicos formados. As façanhas profissionais de Thomaz causavam desconforto nos outros médicos da cidade.

Tudo corria aparentemente bem, até que no dia primeiro de maio de 1902, Ernesto Canozzi e seu empregado Olintho Centeno foram assassinados quando retornavam a Porto Alegre. No dia 3 de maio, apenas dois dias depois do crime, Domingos Brocato é preso como o principal suspeito. Alguns dias depois, Thomaz Brocato é preso e acusado de ser o mentor intelectual do crime.

Tal acontecimento causou profundo alvoroço na cidade, dividiu opiniões, muitos acreditavam na inocência dos Brocato. Consta nos documentos oficiais desse acontecimento que o motivo foi passional, dizem que Domingos Brocato estava enamorado por uma moça da família Ramos e que Canozzi tinha uma carta de recomendação para pedir a mesma moça em casamento. Atualmente tanto a família da moça quanto a família de Canozzi negam tal fato.

Causa um perturbador estranhamento a rápida acusação dos irmãos Brocato, não somente porque eram amigos de Ernesto Canozzi, mas porque na busca por documentos sobre o crime e os indivíduos envolvidos, encontram-se expressivas manifestações sobre as boas relações dos Brocato. É notável nos jornais os agradecimentos aos feitos médicos do Dr. Thomaz Brocato, ou então, notificações na coluna social sobre a nobre presença dos irmãos. Pelo já exposto, é pertinente observar que há lacunas nas explicações já produzidas sobre esse crime. No livro intitulado “Estórias da minha cidade”, escrito por um advogado que leu o processo judiciário do caso em questão, observa-se uma colocação causadora de precisa inquietação: “O processo foi rápido, algo sumário, emocionou a cidade e, afora o inquérito policial, as outras peças processuais revelam apenas sanhas de vingança, vontade deliberada de perseguir, certa paixão política e escrúpulos injustificáveis e que levariam, fatalmente, a um escandaloso erro judiciárioⁱⁱⁱ”.

Não é cabível julgar o passado, especialmente quando se produz uma escrita sob os domínios de Clio. Escolhendo o não julgamento como importante convicção

metodológica, se faz importante antes de analisar o crime e a sociedade que o produziu, argumentar sobre o fazer histórico, de modo que, por mais que não se queira escrever a história com ares de sentença, há na escrita sempre as nossas interpretações dos documentos. Sendo assim, ser um historiador é ser portador de ferramentas dotadas de força, pois palavras construídas, especialmente em um contexto legitimado pela ciência, têm o poder de significar o passado. Nomear as coisas, interpretá-las é de certa forma instituir uma realidade. Nosso ofício é perigoso, por mais cautela que se tenha ao elaborar um discurso histórico, é sempre impossível nomear o outro como ele mesmo o faria. Estamos em um campo dinâmico de forças, onde as subjetividades agem de acordo com um equilíbrio descontínuo. Por isso, ao lançar esforços na análise dos documentos sobre o crime, os indivíduos e o meio em que ocorreu, é contundente a noção de que estamos interpretando uma também construção, dotada de valores e também intenções. Desta forma, ao analisar o processo jurídico do crime, como também os outros documentos, não desejo construir sentidos como se estivesse escrevendo em um tribunal, anseio no máximo ter sensibilidade para perceber as relações, as tramas, a interdependência dos indivíduos no meio social e na época em evidência, pois os vários significados produzidos sobre este nefasto acontecimento se fazem em espaços muito além da mesa do juiz.

Muitos pesquisadores têm utilizado processos crime como fontes de pesquisa, o que tem possibilitado analisar imbricadas relações que compõem algumas tramas sociais. Os processos criminais são fontes históricas que permitem, entre outras coisas, um olhar sobre as práticas, desejos e discursos. Ao analisar o processo crime do assassinato em questão, é fundamental ter como convicção teórica e metodológica que os procedimentos efetuados no cenário jurídico são permeados pela subjetividade, sendo assim, é uma ilusão acreditar na emergência da verdade pura e cristalina, o que é possível é uma análise do contexto social e cultural onde o crime ocorreu, questionar os valores dessa sociedade e seus personagens. Digamos que, elucidar desejos, pensamentos, valores de mulheres e homens de Lages em 1902, não é uma tarefa que traz esses indivíduos desfilando com transparência ao nosso olhar, mesmo redundando coloco: o possível é a interpretação.

No início do século XX, Lages era uma localidade basicamente rural, caracterizada por uma economia baseada na pecuária e na agricultura. Seu espaço urbano era pequeno e mal cuidado, as ruas eram poucas e mal desenhadas, a iluminação era feita por alguns lampiões, os habitantes da cidade em noites escuras carregavam consigo uma lanterna de vidro, na qual ardia uma vela de sebo. Todos se conheciam, nos meses de inverno os fazendeiros vinham com suas famílias para a cidade, era comum se agruparem em volta do fogo de chão para conversar. Apesar da descrição bucólica, Lages já era no início do século XX, palco de importantes atores da política estadual, como por exemplo Vidal Ramos. Seria uma atitude reducionista considerar apenas o aspecto provinciano de Lages. A cidade constituía-se em um movimentado ponto de passagem e comercialização de gado, o que facilitava a circulação de informações sobre os grandes centros. O contato com os valores de outros lugares, principalmente com as grandes cidades, acontecia especialmente, através da passagem dos caixeiros viajantes pela cidade, estes traziam novidades de centros como Porto Alegre, São Paulo, Florianópolis. Vale destacar que durante a Primeira República, a sociedade brasileira passava por uma reformulação de condutas e práticas de sociabilidade. Lages não ficou fora deste processo, observa-se um investimento em formas de sociabilidades, visando também a educação de seus filhos e filhas. É neste cenário, onde as pessoas estão passando por uma reformulação de hábitos, buscando valores de civilização e modernidade que o crime acontece. Há alguns espaços onde essas sociabilidades eram vivenciadas, como por exemplo o Clube 1º de Julho, o qual constituiu-se principalmente no lugar onde os indivíduos estabeleciam relações, faziam os conchavos políticos, participavam de saraus literários. A maior parte da população não tinha condições de participar deste tipo de sociedade, era necessário ter dinheiro para custear as despesas e não somente isso, pois o 1º de Julho era palco de jogos políticos e sociais onde o sobrenome e o prestígio social tinham enorme valor.

Já que estou abordando os espaços de sociabilidade, seria uma grave lacuna deixar a maçonaria de fora, afinal de contas esta instituição esteve profundamente presente na consolidação da República Velha, como também em vários outros momentos que não

vêm ao caso. Em Lages foi fundada no final do século XIX, a loja maçônica Luz Serrana. Ser membro da maçonaria era significado de ascensão social, um bom ponto de partida para seguir carreira política. Em Lages, vários nomes de destaque estadual eram maçons: Belizário Ramos, Vidal Ramos, entre outros. Nos primeiros tempos de existência em Lages, a maçonaria sofria uma grande oposição da Igreja, mas com o tempo isso foi se transformando, pois a igreja para consolidar seus projetos, necessitava ser aliada de indivíduos bem posicionados socialmente, grande parte dos bem estabelecidos eram maçons. Ernesto Canozzi e os irmãos Brocato eram maçons. Ao analisar os documentos, particularmente o processo crime, encontramos vários nomes pertencentes à irmandade maçônica.

É embaraçoso aceitar a virada das forças nessa rede de relações, nesse jogo social (no sentido de Norbert Elias). Ernesto Canozzi morre, é inventado como “santo milagreiro”. O desfecho das vidas de Domingos Brocato e Thomaz Brocato é menos glorioso: os dois irmãos são presos, Thomaz é assassinado em agosto 1902, em uma tentativa de fuga, é enterrado ao lado de Ernesto Canozzi, porém o túmulo de Thomaz não existe mais, desapareceu. Domingos Brocato é condenado a trinta anos de reclusão, designado a cumprir a pena na cadeia pública de São José, morre assassinado a pauladas por um companheiro de prisão, em 1921.

Talvez a explicação para essas mudanças tão bruscas, especialmente quando se trata dos irmãos Brocato, seja o passado desses Sicilianos, pois não é à toa que Crispim Mira escreve um livro intitulado “Crimes e aventuras dos Irmãos Brocato^{iv}”. Descontando o caráter literário da obra, onde há também uma documentação pertinente, temos acesso a peripécias, travessuras, rapto de moças, intrigas, roubos e mortes. Consta inclusive, que se mudaram de Caxias do Sul para Lages, porque estavam sendo perseguidos. Em Lages, como o já colocado, eram moços que tinham o melhor conceito, contudo, depois do episódio do crime, as autoridades envolvidas entraram em contato com a Itália, e descobriram vários crimes.

Apesar do passado dos irmãos Brocato, não há evidências que justifiquem os procedimentos executados na rápida resolução do caso. A situação torna-se mais estranha e causadora de questionamentos, quando observa-se que as autoridades envolvidas no processo, desde advogados de acusação, promotor e outros, declaravam as melhores opiniões sobre os Brocato nos jornais, além do que, como já mencionado, eram maçons, e não precisa ser íntimo dessa irmandade para saber que há laços de proteção entre seus membros. É fundamental colocar que em uma ata da maçonaria do dia 17 de abril de 1902, Thomaz pede afastamento.

Lacunas existiram e permanecem, entretanto a leitura do processo crime, jornais e outros documentos, oferecem possibilidades de compreender as tramas e desejos que circulavam nas bucólicas ruas de Lages. O crime emerge na aparente calma daquela sociedade pulsante por modernidade, a vítima e os acusados eram portadores dos códigos de elegância peculiares dos “tempos modernos” de então. A tal “verdade” tão ansiada por muitos que mergulharam suas perspectivas no assassinato de Canozzi e Centeno, é constantemente provocada por indícios de injustiças que foram cometidas. A tal verdade é insistentemente convidada ao esclarecimento, a apresentar-se na superfície do cotidiano e definir-se, contudo a “verdade” está mergulhada em atitudes subjetivas de homens que viveram em 1902.

ⁱ Aluna do curso de mestrado em história da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do Cnpq

ⁱⁱ Família que teve grande representação política em Santa Catarina, especialmente durante a República Velha.

ⁱⁱⁱ CAON, Edézio Nery. **Estórias da minha cidade**. Lages: Sua Livraria, 1978.

^{iv} MIRA, Crispim. **Os irmãos Brocato: crimes e aventuras**. Caxias do Sul: Educs, 1996.